



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

Willian Franco de Almeida

**A FIXAÇÃO DA CRENÇA:
COMO SOMOS MOLDADOS PARA ACREDITAR**

**Redenção
2016**

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

Willian Franco de Almeida

**A FIXAÇÃO DA CRENÇA:
COMO SOMOS MOLDADOS PARA ACREDITAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel.

Prof. Orientador: Ramon Souza Capelle de Andrade

**Redenção
2016**

WILLIAN FRANCO DE ALMEIDA

**A FIXAÇÃO DA CRENÇA:
COMO SOMOS MOLDADOS PARA ACREDITAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel.

Aprovado em: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ramon Souza Capelle de Andrade
UNILAB

Prof. Dr. Maurílio Machado Lima Júnior
UNILAB

Prof. Dr. Leandro de Proença Lopes
UNILAB

**Redenção
2016**

A todos que me apoiaram

AGRADECIMENTOS

A todo conhecimento disponível no mundo, que despertou meu interesse e me guiou para a realização desse trabalho, formando todo o meu conhecimento

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, Campus Redenção/CE, pela oportunidade dada a mim em prol do meu desenvolvimento educacional superior.

Ao meu orientador Prof. Dr. Ramon Souza Capelle de Andrade, por ter acreditado no potencial e importância do meu trabalho e por ter me orientado nesse tema.

A banca examinadora pelo tempo e dedicação nesse trabalho, para que o melhor seja produzido.

A todos os meus professores que me repassaram seus conhecimentos e os servidores do Campus que me ajudaram.

Ao meu amigo João Lucas e sua companheira Jessi Kelly pelo apoio emocional e pelos momentos de descontração.

Ao meu colega de quarto Renan Alves por mais de dois anos de companheirismo e amizade.

A minha amiga Denise Albino, pela amizade, momentos de descontração e por me apoiar em minhas decisões.

A minhas filhas e sobrinha postizas, Clécia, Thalysse e Rafaela, pela amizade, por me acompanharem diariamente a UNILAB e por me apoiarem nos meus caminhos.

A minha namorada Rayane Gomes pela paciência, carinho, companheirismo, amizade e compreensão nos momentos difíceis, por ter acreditado em mim e por me ajudar em assuntos burocráticos do TCC.

Ao meu primo Denny Almeida pelas dúvidas tiradas e indicações de livros que contribuíram com esse trabalho.

A minha tia Fabicíola Almeida por sempre ter carinho em me receber de braços abertos e hospitalidade em sua casa.

As minhas avós Violeta Almeida e Maria de Fátima, a quem tenho um carinho muito especial e que sempre me recebem alegremente em suas casas.

Ao meu pai Fabiano Almeida pelo apoio financeiro e por todo seu esforço em me dar uma boa educação.

A minha mãe por ter me criado, sempre acreditando que eu iria chegar longe.

*“Encontramo-nos, sem
dúvida, entre os principais
animais lógicos, mas não o
somos perfeitamente ”.*
Charles S. Peirce

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo oferecer, baseado em especial na filosofia pragmática de Charles Peirce e na psicologia experimental de Hood e Shermer, (i) uma caracterização de crença, (ii) uma classificação dos métodos (tenacidade/autoridade/*a priori*/científico) de fixação da crença e, sobretudo, uma classificação da crença de natureza religiosa.

Palavras-Chave: Crença; Fixação da Crença, Crença Religiosa.

ABSTRACT

This work aims at providing, based upon the pragmatic philosophy of Charles Peirce and experimental psychology of Hood and Shermer, (i) a characterization of belief, (ii) a classification of the methods (tenacity/ authority/ *a priori* /scientific) of fixation of belief and, above all, (iii) a classification of the religious belief.

Key-words: Belief; Fixation of Belief, Religious Belief.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Imagem da Região Cydonia obtida pela Viking 1, lançada pelo NASA/JPL em 25 de Julho de 1976.....	39
Figura 2 – Imagem capturada pela sonda <i>Mars Reconnaissance Orbiter</i>	40
Figura 3 – “Smiley” como é conhecido mundialmente, utilizado pela primeira vez pelo poeta Johannes V. Jensen numa carta em Dezembro de 1900.....	40
Figura 4 – Golfinhos espalhados formam outra imagem.....	41

SUMÁRIO

Introdução.....	12
I A crença e os métodos de fixação da crença	14
II Hipótese sobre a origem/classificação das crenças fantásticas/sobrenaturais e religiosas.....	21
III Mais sobre as crenças fantasiosas/sobrenaturais.....	25
IV Criação/inferência de padrões (padronização cognitiva do mundo).....	28
V Religião (ou crença religiosa).....	33
VI Crenças, agentes e tendências	39
Considerações Finais.....	45
Referências.....	46

INTRODUÇÃO

A crença constitui o estado natural de operação da mente (a mente busca acreditar que alguma coisa é o caso, para moldar sua conduta no mundo). É a opção normal. Nós apenas acreditamos. Somos propensos a acreditar. Acreditamos porque é mais fácil, comum, confortável. Ceticismo e/ou dúvida constituem atitudes cognitivas/comportamentais desconfortáveis. É incômodo não acreditar nas coisas. As crenças se configuram em (e moldam as nossas) percepções. Essas percepções, por sua vez, e moldadas pelas crenças, adequam a forma que queremos que o mundo seja (em outras palavras, projetamos também nossos desejos e expectativas, decorrentes das nossas crenças, na sensorialidade do mundo material). O presente trabalho de conclusão de curso (estruturalmente disposto em “bloco único”, na forma de um artigo ampliado, contendo sete seções) tem por objetivo oferecer, baseado em especial na filosofia pragmática de Charles Peirce e na psicologia experimental de Hood e Shermer, (i) uma caracterização de crença, (ii) uma classificação dos métodos (tenacidade/autoridade/*a priori*/científico) de fixação da crença (na veracidade de uma proposição) e, sobretudo, uma classificação da crença de natureza fantástica/sobrenatural e/ou religiosa.

Nesse sentido, e mais explicitamente, na seção I, intitulada “*A crença e os métodos de fixação da crença*”, oferecemos uma caracterização, parcial e provisória, de crença como reação, de natureza cognitiva e comportamental, a proposições, eventos/estados de coisas no mundo, reação capaz de gerar hábitos e/ou padrões de conduta. Peirce (e suas concepções sobre as crenças e os métodos de fixação da crença) é eleito marco conceitual do trabalho. Especial ênfase é dada à crença de natureza fantástica/sobrenatural e/ou religiosa. Já na seção II, intitulada “*Hipótese acerca da origem/classificação das crenças fantásticas/sobrenaturais e religiosas*”, oferecemos uma classificação da crença, de natureza fantástica/sobrenatural e/ou religiosa, como “tenaz” (destituída de verificação empírica) e baseada na autoridade (ou seja, fixada, de modo acrítico, quando as pessoas se filiam a uma instituição social repleta de dogmas). Apontamos, com base no trabalho de Hood (2012), para um tipo especial de continuidade entre as crenças fantásticas/sobrenaturais da infância e as crenças religiosas (institucionalizadas) dos adultos.

Na seção III, intitulada, “*Mais sobre as crenças fantasiosas/sobrenaturais*”, abordamos, rapidamente, as concepções de Hood (2012) acerca de uma suposta disposição, operativa em nossa natureza, para acreditar em contos/entidades fantásticas e/ou sobrenaturais. Na seção IV, intitulada “*Criação/inferência de padrões (padronização cognitiva do mundo)*”, abordamos o papel (cognitivo) da criação de padrões, o de favorecer/estruturar a conduta, algo próximo ao papel desempenhado por um hábito (abordamos, também, a ideia de Deus como padrão que explica tudo e a natureza da crença religiosa nesse contexto). Na seção V, intitulada “*Religião (ou crença religiosa)*”, exploramos, mais explicitamente, hipótese acerca do papel desempenhado pelas crenças religiosas, o de fornecer alento, proteção, e esperança e código de conduta para aqueles que acreditam. Abordamos, em especial, a força da crença de natureza religiosa na determinação da conduta, exemplificada pela disposição de Abrão para sacrificar, a pedido de Deus, seu filho na montanha. Finalmente, na seção VI, intitulada “*Crenças, agentes e tendências*”, abordamos, com base no trabalho do psicólogo Shermer, tendências, supostamente operativas em nossas mentes, que, caso não combatidas, seriam capazes de produzir apego tenaz às crenças, mesmo quando a experiência aponta que as crenças conflitam com os fatos.

A principal mensagem desse trabalho de conclusão de curso, mais implícita do que explícita, é a seguinte: devemos buscar fundamentos para as nossas crenças, principalmente fundamento empírico, quando isso é possível. Na impossibilidade de fundamentação empírica, como no caso da crença de natureza religiosa, deveríamos como que “relativizar” nossas crenças, entendendo que a forma como enxergamos e agimos no mundo constitui uma forma possível entre múltiplas outras (também igualmente possíveis). Dito de outro modo, deveríamos manifestar, com o intuito de evitar fundamentalismo, absoluto respeito com outros sistemas de crenças, diferentes dos nossos, e isso sobretudo em âmbito religioso (domínio caracterizado pela fixação da crença meramente com base na fé e na autoridade representada pelas instituições).

I. A CRENÇA E OS MÉTODOS DE FIXAÇÃO DA CRENÇA

Crença constitui uma reação de natureza cognitiva e comportamental sobre alguma situação, estado de coisas, algo ou alguém. Não é, necessariamente, acreditar que coisas existem ou não, e sim acreditar que alguns padrões de comportamento ou ação são desejáveis ou não. As crenças, de acordo com o filósofo americano Charles Sanders Peirce (1958), estabelecem, em nossa natureza, um hábito que determina nossas ações. Como defende Peirce (2008, p. 9):

Sabemos geralmente quando queremos perguntar uma questão ou pronunciar um julgamento, pois existe uma dissemelhança entre a sensação de duvidar e a de acreditar. Mas não é apenas isto que distingue a dúvida da crença. Existe também uma diferença prática. As nossas crenças guiam os nossos desejos e moldam as nossas ações. Os Assassinos, ou Seguidores do Velho da Montanha, costumavam precipitar-se na morte ao seu mínimo comando, porque acreditavam que obedecer-lhes lhes asseguraria uma felicidade interminável. Tivessem duvidado disso, e não teriam agido como agiram. Sucede o mesmo com toda a crença, segundo o seu grau. O sentimento de crença é uma indicação mais ou menos segura de se encontrar estabelecido na nossa natureza algum hábito que determinará as nossas ações. A dúvida nunca tem tal efeito. Também não devemos descurar uma terceira diferença. A dúvida é um estado de desconforto e insatisfação do qual lutamos para nos libertar e passar ao estado de crença; enquanto o estado de crença é um estado calmo e satisfatório que não desejamos evitar [...].

A crença, em outras palavras, é o nosso estado natural, nossa zona de conforto, onde sabemos o que queremos e o que devemos fazer, em certas circunstâncias ou ocasiões específicas. Descrença e dúvida nos deixam instáveis, inseguros e desconfortáveis. Embora ambas tenham fatores positivos sobre nossas vidas, tal como afirma Peirce:

A crença não nos faz agir imediatamente, mas coloca-nos numa posição em que nos comportaremos de certa forma, quando surgir a ocasião. A dúvida não tem qualquer efeito desse tipo, mas estimula-nos a investigar até que seja destruída (PEIRCE, 2008, p.7-8).

A crença fornece, de acordo com Peirce, suporte para a ação. Já a dúvida não pode fornecer suporte para a ação, mas faz com que o sujeito, diante da constatação do caráter equivocado da crença, relevado pela experiência no mundo, venha a investigar, mudando sua forma de agir e pensar, por intermédio da aquisição de outras crenças. Mais especificamente, de acordo com Peirce, a pessoa pode aderir às crenças sem suficiente justificativa racional, aplicando o comportamento pressuposto pelas suas crenças nas ocasiões que se apresentam em seu contexto social de atuação. A pessoa, nesse sentido, tenderia a

desconsiderar tudo que se contraporá às suas crenças, se recusando a, até mesmo, se engajar em uma discussão aberta acerca da possibilidade de outros pontos de vista, ou crenças, diferentes daqueles que ela defende. Esse ponto é bem ilustrado por Peirce (2008, p. 10):

Lembro-me de uma vez me terem pedido que não lesse certo jornal, com receio de que poderia mudar a minha opinião sobre o livre comércio. “Para que eu não pudesse ser ludibriado pelas suas falácias e pseudo-proposições”, foi a forma de expressão. “Você não é”, disse o meu amigo, “um estudante atento de economia política. Poderá, por isso, ser facilmente enganado pelos argumentos falaciosos sobre o assunto. Você pode, então, se ler esse jornal, ser levado a acreditar no proteccionismo. Mas você admite que o livre comércio é a verdadeira doutrina; e não deseja acreditar no que não é verdadeiro”. Tenho muitas vezes visto este sistema ser deliberadamente adoptado.

É como se a pessoa blindasse suas crenças de toda forma de ataque e deixasse, por essa mesma razão, de olhar para, ou ver, ou criticamente refletir sobre diferentes sistemas de crenças. Tal adesão tenaz às crenças proporciona conforto e estabilidade mental, mas impede o crescimento e aquisição de conhecimento, causando a cristalização da pessoa em torno de si mesma. Nas palavras de Peirce (2008, p. 11):

Um homem pode atravessar a vida, sistematicamente, mantendo fora do seu campo de visão tudo o que poderia causar uma mudança nas suas opiniões [...]. Ele não se propõe a ser racional, e, na verdade, falará frequentemente com desprezo da razão fraca e ilusória do homem.

Mas dúvida, para Peirce, dúvida essa evitada pela pessoa tenaz, produz desconforto mental, de modo que a pessoa tenda a investigar até que ela seja extinta, e uma nova crença venha a ser incorporada. Contudo, a pessoa, quando se mostra tenazmente atrelada às suas crenças, pode, como na citação acima afirmou Peirce, viver se afastando de tudo o que possa requerer mudanças em suas crenças. Esse método de fixação da crença foi por Peirce designado o “método da tenacidade”.

A pessoa pode, também, aderir com vigor às crenças da instituição da qual faz parte (um católico acredita, por exemplo, na *Santíssima Trindade* (por fazer parte da instituição cristã); um estudante da UNILAB acredita (ou deveria acreditar), por exemplo, no *respeito às diferenças e na multiculturalidade*, por fazer parte e/ou estudar em uma instituição federal de ensino superior que promove a integração e cooperação internacional)). A instituição cuida pela adoção, por parte dos membros,

dos padrões de conduta extraídos das suas crenças institucionais e, desse modo, as crenças (da instituição) são reforçadas pela educação e formação dos seus membros ou participantes. Como afirma Peirce (2008, p.12):

Este método tem, desde os tempos mais remotos, sido um dos meios principais de sustentar doutrinas teológicas e políticas, e de preservar o seu carácter universal ou católico. Em Roma, especialmente, tem sido praticada desde os dias de Numa Pompílio até aos de Pio IX. Este é o mais perfeito exemplo na história; mas onde quer que exista uma classe de sacerdotes – e nunca existiu nenhuma religião que não possuísse uma – este método tem sido mais ou menos utilizado. Onde quer que exista uma aristocracia, ou uma guilda, ou uma associação de uma classe de homens cujos interesses dependem, ou sejam supostos depender, de certas proposições, serão inevitavelmente encontrados alguns traços deste produto natural no sentimento social.

A instituição tende a impedir que crenças e condutas contrárias as suas venham a ser ensinadas e defendidas. Pode existir mudanças nas crenças de uma instituição ao longo do tempo, mas, em geral, essas mudanças acontecem muito lentamente, podendo estar fora do intervalo de vida dos participantes ou membros (tal método de fixação das crenças foi designado “método da autoridade”).

A pessoa pode aderir a certas crenças por julgar que elas parecem “agradáveis à razão”. A crença seria aceita e fixada pela preferência individual ou gosto. Tal como argumenta Peirce (2008, p. 17-18):

A própria essência desse método é pensar tal como se está inclinado a pensar. O método *a priori* distingue-se pelas suas conclusões reconfortantes. É da natureza do processo que adotemos qualquer crença para a qual estejamos inclinados, e existem certas lisonjas para a vaidade do homem nas quais todos acreditamos por natureza, até sermos acordados do nosso agradável sonho por alguns duros factos.

Em outras palavras, da mesma forma que fechamos os olhos para outras crenças que possam questionar ou contrariar as nossas, estamos dispostos, ao mesmo tempo, a aceitar, *a priori* e, por conseguinte, sem investigação ou experiência, crenças que reforçam e venham a confirmar nossas crenças (ou preferências) originais. A fixação *a priori* da crença não estaria apoiada na vivência ou experiência do mundo, mas, sim, em inclinações pessoais.

A pessoa pode aderir as crenças de modo temporário e apta a fazer revisões, bem como mudar parte de suas crenças, se elas apresentarem discordância com fatos empiricamente observados. Caso exista uma discordância entre crença e fatos, a pessoa “admitirá, não meramente por palavras, não apenas que a sua crença é duvidosa, mas, também, experimentará uma dúvida real acerca

dela, de forma que a crença deixará de ser uma crença (PEIRCE, 2008, p.17-18). Mas, para eliminar dúvidas de modo satisfatório e confiável (mas não de modo absoluto ou para sempre, eternamente), temos, de acordo com Peirce, que apoiar nossa observação na realidade (publicamente acessível a uma comunidade de investigadores, ou seja, acessível de modo objetivo, permanente, realidade que seria o *locus* da verdade, como correspondência entre linguagem (modelo/teoria) e realidade (tudo aquilo que é o caso; o que a comunidade de investigadores tende a desvelar caso permaneça firme na investigação). Em outras palavras, o método científico de fixação das crenças tem por fundamento:

[...] a existência de coisas reais, cujas propriedades são inteiramente independentes de nossas opiniões acerca delas; essas coisas reais afetam nossos sentidos de acordo com leis regulares. Podemos verificar pelo raciocínio como as coisas realmente são e, qualquer homem, se possuir suficiente experiência e raciocinar [...], será conduzido à conclusão verdadeira (PEIRCE, 2008, p. 16-17).

Os investigadores são conduzidos à realidade pela experiência, eles não criariam a realidade, “[...] há uma independência da realidade em relação à comunidade de investigadores, ainda que os seus (da realidade) limites sejam expressos, sempre de modo parcial e provisório, em proposições, ou teorias, derivadas da prática coletiva da produção da ciência” (ANDRADE, 2011, p. 102). Mesmo que os quatro métodos (*tenacidade, autoridade, a priori* e *científico*) sejam capazes de fixar, cada um a seu modo, a crença e, por conseguinte, eliminar a dúvida, o *método científico* é, na concepção de Peirce, o método capaz de gerar as crenças mais estáveis e confiáveis, já que se apoia na observação e, sobretudo, está sempre atento ao papel da experiência na correção do pensamento. Andrade (2012) assim resume os quatro métodos de fixação das crenças defendidos por Peirce:

Assim, e em resumo, dado uma proposição *P*, e um agente *S*, *S* pode fixar a crença *C* na veracidade de *P* (e derivar hábitos comportamentais funcionais de *C*, removendo uma dúvida *D* relacionada a algum tipo de discordância entre uma crença anterior *B* e a experiência) a partir da adoção de um desses quatro métodos: (i) *tenacidade*, (ii) *autoridade*, (iii) *a priori* e (iv) *científico*. Em linhas amplamente gerais, em (i) – *tenacidade* – as crenças são irrefletidamente fixadas. A principal *vantagem* conduzida pelo método (i) – *tenacidade* – é o conforto mental, ao passo que a principal *desvantagem* é a susceptibilidade ao engano. Em (ii) – *autoridade* – as crenças são doutrinária e exemplarmente fixadas. A principal *vantagem* conduzida pelo método (ii) – *autoridade* – é a eficiência no estabelecimento e preservação das crenças, ao passo que a principal *desvantagem* é o caráter relativo das diferentes doutrinas ou conjunto de crenças. Em (iii) – *a priori* – as crenças são fixadas sem considerar a experiência. A principal

vantagem conduzida pelo método (iii) – *a priori* – é que tal método conduz a conclusões aprazíveis à razão, ao passo que a principal *desvantagem* é que tal método faz da investigação (*necessária para a remoção da dúvida*) algo próximo ao desenvolvimento do gosto. Em (iv) – *científico* – as crenças são provisória e empiricamente fixadas. A principal *vantagem* conduzida pelo método (iv) – *científico* – é a condução a crenças que tendem a coincidir com os fatos, ao passo que a principal *desvantagem* é o esforço e persistência requeridos por uma investigação rigorosamente conduzida (ANDRADE, 2012, p. 103).

Como sabemos, hoje, a indústria midiática favorece a proliferação de distintas modalidades de crenças (as científicas são apresentadas, por exemplo, em programas como o fantástico, como verdades incontestáveis, o que não é o caso). Mas os meios de informação podem estar mais voltados para o convencimento acerca da crença na veracidade de algumas proposições, de modo *autoritário* (comprometido com alguma instituição ou poder) e sem propriamente a aplicação do método científico. Além disso, jornalismo preconceituoso (tenaz, autoritário e/ou sensacionalista) tende a chamar mais atenção e a vender mais, além de poder estar representando e defendendo certa estrutura de poder (autoridade).

As crenças se espalham pelos diversos domínios da vida de uma pessoa (prático [da vida quotidiana] estético, político, social, cultural, religioso e científico). No domínio científico, temos o conhecimento sobre a realidade natural e social (histórica) produzida pela comunidade de investigadores ou cientistas. Esse conhecimento, fruto da aplicação do método científico, é caracterizado como crença verdadeira justificada, ou seja, crença na veracidade de uma proposição sobre fenômenos observáveis (que o carbono é tetravalente, por exemplo) acrescida da justificativa ou justificação (observação da estrutura atômica do carbono à luz da teoria atômica da matéria). É importante dizer isso porque, no âmbito de uma interpretação comum (do nosso senso comum) crença tende a se restringir ao domínio religioso (mas esse não é o caso aqui, como argumentamos acima). Nas religiões, por exemplo, pode acreditar-se em almas, espíritos, fantasmas, deuses, demônios, anjos, *designers* inteligentes e assim por diante. Não é o domínio (prático, estético, social, cultural e/ou religioso) no âmbito do qual a crença está inserida que caracteriza a crença, mas, antes, e como vimos com Peirce, o poder que a crença exerce na determinação da conduta (ação ou comportamento) da pessoa nas circunstâncias ocorridas em seu (da pessoa) contexto de atuação. Em outras palavras, não são somente pessoas religiosas possuem crenças. A crença constitui propriedade cognitiva e comportamental da estrutura mental dos seres humanos.

Colocamos, por exemplo, nossas crenças em objetos e fazemos isso tão bem, e de forma contínua, que, às vezes, nem mesmo refletimos sobre a natureza dessa adesão a tais crenças. Os colecionadores de objetos, por exemplo, atribuem:

[...] propriedades invisíveis a objetos físicos que os transformam em coisas únicas e insubstituíveis. Esse tipo de pensamento é equivocado. No mínimo, porque objetos importantes podem ser falsificados (HOOD, 2012, P.16).

Preferimos, em conformidade com as concepções de Peirce sobre a fixação das crenças, atribuir, a essa modalidade de crença, a designação crença irracional (e não propriamente equivocada), já que essas crenças tendem a ser fixadas tenazmente (sem razão empírica ou observacional para tanto) e/ou por meio da autoridade, como no caso de um cristão que, diante da imagem de um Santo, por exemplo, faz uma oração e pedido, apenas com base na sua fé, e/ou de forma subjetiva). Sabemos que objetos/lugares possuem história e podem evocar lembranças de eventos e pessoas, mas a questão é que as pessoas as vezes agem como se objetos/lugares possuíssem propriedades reais e observáveis (como a propriedade das moléculas de H₂O entrar em ebulição (ruptura da coesão eletromagnética própria ao estado líquido) a 100 graus centígrados em condições normais de temperatura e pressão)).

Há uma diferença fundamental aqui. Para quem acredita em um Santo, a oração para ele pode ser de alguma eficiência prática (a pessoa se sente bem e confiante no resultado de sua oração, ao orar e pedir por um estado de coisas mais desejável). Mas, para quem não acredita no mesmo santo, tal oração e pedido não servirá para nada (não será significativa). Por outro lado, quem quer que seja, independente de possuir religião ou não, precisa acreditar que H₂O entra em ebulição quando a temperatura atinge 100 graus centígrados, ao nível do mar e a 1ATM, e isso porque a experiência (realizar o experimento) confirma a crença (o experimento [objetivo e acessível a todos] constitui o fundamento da crença). Já no caso da crença (*fixada por meio da tenacidade e/ou autoridade*) em superstição/experiência religiosa apenas a fé ou experiência daqueles que acreditam (portanto, algo subjetivo) pode ser exibida como fundamento da crença (o que, por sua vez, em termos científicos, não constitui, de fato, um fundamento). Caiem, por exemplo, sob a categoria de crenças supersticiosas/religiosas e/ou fantásticas coisas para se tocar (como imagens de santos, águas milagrosas, ervas que curam),

ou coisas a serem evitadas (como casas abandonadas ou lugares onde pessoas foram torturadas e mortas).

Seja como for, do ponto de vista prático (e não meramente à luz da aplicação do método científico de fixação da crença), podemos afirmar que um ponto positivo acerca da crença religiosa constitui o benefício da esperança. A crença traz paz, esperança para os que passam por situações difíceis, como, por exemplo, a morte de um ente querido. A crença na imortalidade da alma pode conferir significado para a vida e continuação dela após a morte em algum reino paradisíaco ou numa tortura sem fim. Esse ponto é abordado por Peirce (2008, p. 06) na seguinte passagem:

Onde a esperança não é confrontada com qualquer experiência, é provável que o nosso optimismo seja extravagante. Ser lógico quanto a assuntos práticos é a qualidade mais útil que um animal pode possuir, e pode, conseqüentemente, resultar da acção da selecção natural; mas fora disto é provavelmente mais vantajoso para o animal ter a sua mente cheia com visões agradáveis e encorajadoras, independentemente da sua verdade; e assim, sobre assuntos não práticos, a selecção natural pode ocasionar uma tendência de pensamento falaciosa.

Ou seja, para Peirce, não faz mal, digamos assim, ao humano acreditar e ter esperanças religiosas, porque a experiência não é capaz de confirmar ou refutar definitivamente a hipótese de Deus e de um paraíso. Alguns preferem, assim, acreditar, apenas com base na fé subjetiva, uma vez que a crença em Deus e no paraíso não possui qualquer base empírica. Mas, como vimos, à luz do método científico de fixação das crenças, não há qualquer evidência para a crença em Deus, na alma e/ou imortalidade da alma. A ciência busca explicar os fenômenos com experimentos e provas empíricas. A certeza absoluta na crença religiosa (por parte daqueles que acreditam) pode gerar o preconceito e/ou fundamentalismo, sobretudo quando há divergência de opiniões sobre o que ou quem acreditar, e tudo isso sem fundamento racional, já que crença religiosa (mítica/fantástica/sobrenatural) é fixada subjetivamente (pela tenacidade e/ou autoridade), variando de cultura para cultura ao longo do tempo. Vamos aprofundar mais esse ponto na próxima seção, ao analisar a hipótese sobre a formação e natureza da crença religiosa.

II. HIPÓTESE SOBRE A ORIGEM/CLASSIFICAÇÃO DAS CRENÇAS FANTÁSTICAS/SOBRENATURAIS E RELIGIOSAS

A cultura é parte fundamental no processo de aprendizagem e da fixação das crenças por parte das pessoas. Distintas culturas (ou matrizes culturais) possuem diferentes hábitos, instituições, tradições, rituais e assim por diante, que sobreviveram no tempo. Sendo assim, parte das crenças de uma pessoa é dada pela filiação da pessoa a uma matriz cultural específica. Em outras palavras, uma cultura, como coletividade ou associação de pessoas, é formada por um conjunto de interações (*linguísticas, religiosas, científicas, sociais e etc.*) entre indivíduos. Por intermédio da educação – que pode ser formal (em instituições de ensino) e/ou informal (experiência prática decorrente do compartilhamento cotidiano) –, parte desse conjunto de interações, parte das crenças de uma cultura, tendem a ser transferidos, por aprendizagem, para as pessoas. No âmbito religioso, e considerando diversas culturas, teríamos, como exemplos de crenças, os seguintes: (i) não comer carne nas sextas-feiras (culturas ligadas ao cristianismo), (ii) acender incenso para homenagear aos mortos (culturas ligadas ao budismo), (iii) não ameaçar uma vida bovina no hinduísmo (a vaca é considerada um animal sagrado) e assim por diante.

Esses são exemplos de tradições religiosas (crenças fixadas pelo método da autoridade, como vimos acima com Peirce). Agora de onde vêm as crenças “mágicas”, “fantásticas”, daquelas tão simples que boa parte da população, em diferentes graus, as têm, sem necessariamente refletir acerca da origem dessas crenças? Por exemplo, (i) guardar folhas de louro na carteira na virada do ano para trazer mais dinheiro; (ii) bater na madeira três vezes para evitar que uma coisa ruim enunciada aconteça de fato no mundo; (iii) jogar sal sobre o ombro quando derramado; (iv) evitar passar por baixo de escadas; (v) não quebrar espelhos, caso contrário teria sete anos de azar; (vi) não pisar em rachaduras das calçadas, pois essas poderiam quebrar a coluna da própria mãe e muitos outros exemplos dessa mesma natureza. Há uma infinidade de exemplos dessas crenças fantásticas/sobrenaturais, mas amplamente comuns e difundidas, que, à primeira vista, parecem bem simples e inofensivas, mas que podem constituir verdadeiros entraves, quando levadas ao extremo e/ou exageradas, para a vida das pessoas. Em outras palavras, quando essas *crenças fantástica/sobrenaturais*, aparentemente

inofensivas, começam a controlar a vida da pessoa de forma compulsiva, ou seja, quando as crenças passam a ser aplicadas às mais diversas situações do cotidiano da pessoa, temos uma perturbação (transtorno obsessivo-compulsivo) da pessoa e tal transtorno, como é de se esperar, em muito prejudica a ação prática e a experiência genuína da pessoa diante do mundo. É como se crenças fantásticas/sobrenaturais se transformassem, nesse sentido, em padrões compulsivos de comportamento. Mas essas mesmas crenças fantásticas/sobrenaturais, aparentemente inofensivas, são (continuam sendo) passadas, de geração para geração, dos pais para os filhos, sem que em geral haja uma preocupação, sobretudo por parte dos pais, acerca da possibilidade de desenvolvimento futuro, pelos filhos, de compulsões ou manias. Normalmente, e a psicologia aponta para isso, os filhos tendem a seguir, na infância, e acreditar, quase-cegamente, nas tradições/crenças e palavra dos pais (tidos como grandes fontes de sabedoria e orientação). As pessoas na infância tendem a, em outras palavras, aprender e incorporar o que é *certo, desejável, verdadeiro e/ou confiável* para seus pais. O contato com os pais, e a educação familiar, é fundamental para o desenvolvimento da futura personalidade adulta da criança. É como se parte da personalidade da criança (como futuro adulto) fosse, desse modo, herdada, e/ou fortemente moldada, pelo contato com os pais na infância (a crença na veracidade de afirmações fantasiosas e/ou sobrenaturais (foco de análise desta seção) está aqui incluída). A criança, por assim dizer, não nasce sabendo, ou acreditando, por exemplo, que 7 (sete) é um número de sorte e 13 (treze) é um número de azar. Ela aprende e passa a acreditar nessa crença fantástica/sobrenatural a partir sobretudo do contato com os pais ou pessoas mais próximas (em geral, adultas). Tal como afirma Hood (2012, p. 44):

As crianças são “devoradoras de informações”, com “olhos e ouvidos bem atentos e mente confiante e escancarada para absorver a linguagem e outros conhecimentos”. Elas engolem fatos com uma credulidade impressionante, devido a uma predisposição que evolui do fato de acreditarem em tudo que seus pais e pessoas mais velhas lhes dizem.

A criança, de acordo com Hood, possui uma *disposição para acreditar*, sobretudo para acreditar naquilo que é dito e ensinado pelos pais e família, pessoas próximas às crianças, e que com ela guarda uma ligação de natureza afetiva. Nesse sentido, a criança tende a acreditar em todo tipo de informação que recebe de seus pais ou família. Como suas mentes ainda estão em formação e desenvolvimento,

elas “raciocinam” sobre o mundo de modo peculiar, em geral sem exercer (por falta de capacidade e instrumentos cognitivos) qualquer tipo de reflexão crítica, diferentemente do que acontece com as pessoas jovens e adultas. Um exemplo bem comum de se observar nas crianças que, mesmo novas, possuem crenças acerca do mundo e das coisas que o cercam é vê-las brincando e cuidando dos seus bonecos e brinquedos. Uma criança pode chorar ao ver sua boneca de pano rasgada. Não somente porque a boneca está com o rasgado, mas porque a boneca pode estar sofrendo. Elas tendem a atribuir expectativas sentimentais/emocionais (fenomenológicas) a seus brinquedos (físicos/materiais), tratando-os como se fossem seres vivos. Mas, a rigor, o mesmo vale, em menor grau, para os adultos. Atribuímos expectativas e valores a objetos que gostamos ou desprezamos. Ficamos, por exemplo, nervosos quando televisores dão defeito e, às vezes, até mesmo podemos gritar quando uma máquina não quer funcionar como deveria. De acordo com Hood (2012, p. 212):

As crianças também apresentam o “antropomorfismo”, ou seja, pensam em coisas não humanas como se fossem humanas. É fácil ver isso em bichos de estimação e bonecas, os quais a criança é estimulada a tratar como humanos. Entretanto, crianças podem também pensar que uma cadeira em chamas está sofrendo ou que uma bicicleta sente dor após ser chutada. Elas imaginam como se sentiriam caso fossem queimadas ou chutadas e, por causa do seu egocentrismo, aplicam essa perspectiva erroneamente para tudo, incluindo objetos inanimados.

Sem entrar em detalhes sobre psicologia do desenvolvimento (ou psicologia cognitiva), destaquemos que, tal como afirma Hood, as crianças, na mais precoce idade, não atribuem significado ao mundo. Logo em seguida, aparece a fase em que as crianças não conseguem estabelecer uma clara separação entre o “eu-nascente” e o próprio mundo exterior, ou seja, essa fase é por Hood caracterizada como fase egocêntrica. Um bom exemplo dessa fase é quando as crianças pensam que a lua fica, o tempo todo, seguindo-as em uma estrada. Se perguntarmos a criança qual o propósito da lua, elas responderão que é seguir. Essa modalidade de egocentrismo parece fazer parte do desenvolvimento natural da criança, assim como uma perspectiva teleológica do mundo, também, nessa mesma fase, desenvolvida.

Tudo no mundo, para as crianças, passa a apresentar um propósito, uma razão de ser ou existir. De acordo com Hood (2012, p. 212), essa perspectiva, exibida pela criança, de projetar propósitos para as coisas (objetos/paisagens/eventos) constitui aquilo que, mais tarde, na vida adulta, prepara,

por assim dizer, o caminho para a fixação, com base meramente na fé, na experiência subjetiva, da crença de natureza religiosa. É como se houvesse, nesse sentido, para o autor, uma continuidade entre as crenças fantasiosas/sobrenaturais da infância e as crenças religiosas (institucionalizadas) dos adultos (ambas modalidades de crença fixadas de modo divergente do método científico, já que nada no mundo empírico aponta para uma conexão causal entre, por exemplo, o quebrar do espelho e um período de infortúnio de sete anos, assim como não há, até hoje, nenhuma modalidade de acesso objetiva (mensuração/medida) da alma humana e de qualquer deidade, alma e deidades sendo pilares das mais diversas religiões espalhadas pelo mundo. Nas palavras de Hood (2012, p. 211-212):

A maioria das crianças de 7 anos explica o mundo natural em termos de propósito. [...] a teleologia promíscua pode predispor a criança a ver o mundo como se ele existisse para algum propósito. É por isso que a visão criacionista da existência tem um apelo intuitivo tão forte. A maioria das religiões oferece uma história que fala das origens e de propósito, que é a razão de o criacionismo se adaptar tão bem àquilo que parece natural aos 7 anos de idade.

Ou seja, procuramos argumentar, nesta parte do trabalho, e apoiados em Peirce e Hood, que as crenças fantásticas/sobrenaturais são fixadas, pelas pessoas, de modo tenaz (método da tenacidade), sem suficiente razão objetiva para tanto (porque o mundo empírico, no caso da crença fantasiosa/sobrenatural, não é capaz de fornecer evidências que suportem a veracidade dessas crenças; crenças essencialmente subjetivas). Também, pode ser o caso que essas crenças fantasiosas/sobrenaturais da infância se desdobrem, na vida adulta, em crenças religiosas institucionalizadas.

Como vimos com Peirce, as crenças religiosas são geralmente fixadas pelo método da autoridade, isto é, aceitas pelos indivíduos ao se tornarem membros de alguma instituição, organização ou ordem religiosa. As crenças religiosas, assim como as crenças fantásticas/sobrenaturais, não desfrutam de base científica (não são fixadas por intermédio da aplicação do método científico de fixação das crenças), mas, a despeito disso, cumprem a função prática de oferecer paz, esperança e código de conduta (cartografia de comportamentos desejáveis e proibidos) àqueles que acreditam.

III. MAIS SOBRE AS CRENÇAS FANTASIOSAS/SOBRENATURAIS

As crenças, como vimos nas seções anteriores, possuem força para moldar o comportamento ou a ação. Hoje, a era da tecnologia, e o ciberespaço, favorecem, em muito, a proliferação e associação entre pessoas que comungam de crenças específicas, as assim chamadas comunidades de crenças. Especial ênfase ainda será por nós colocada na análise crítica das crenças fantasiosas/sobrenaturais, fixadas sem a anuência, podemos dizer, do método científico de fixação das crenças. É impossível imaginar ou conceber um mundo destituído de crenças fantásticas/sobrenaturais e/ou religiosas. É como se essas modalidades de crenças, mesmo sem contar com legitimidade científica, fizessem parte da estrutura do nosso entorno social, estando presentes nas mais diversas culturas ou sociedades. Nas palavras de Hood:

[...]. Muitos indivíduos cultos e inteligentes têm a sensação de que há padrões, forças, energias e entidades operando no mundo, que são negadas pela ciência porque estão além dos limites dos fenômenos, da forma pela qual os entendemos atualmente. Mais importante, tais experiências não são respaldadas por um corpo físico ou por evidências confiáveis sendo, por isso, sobrenaturais. A inclinação ou a sensação de que elas podem ser reais é nosso supersentido (HOOD, 2012, p. 18).

Acreditar no sobrenatural parece não ter (surpreendentemente) relação com o grau de intelectualidade e/ou educação formal dos indivíduos. Casos paradigmáticos, existentes na comunidade científica, são dados por físicos que acreditam em Deus ou em entidades/arquitetos sobrenaturais, além de biólogos criacionistas. É como se, independentemente de qualquer outra coisa, estivéssemos moldados, tivéssemos um sentido (ou supersentido, como argumenta Hood), para acreditar no fantástico ou no sobrenatural. Por supersentido Hood deseja designar um tipo de instinto natural que nos compele a procurar por e encontrar padrões de conexão entre objetos/eventos, além de forças misteriosas, ou mágicas, em atuação nos mais diversos domínios do universo, da realidade natural (mundo físico e sociedades) à realidade sobrenatural. Mais especificamente, de acordo com Hood (2012), nós, humanos, possuímos uma disposição, propensão ou prontidão para acreditar em seres, entes e eventos de natureza “não-natural”, que violam as leis naturais em operação no nosso universo. As pessoas, além dessa predisposição para acreditar no fantástico/sobrenatural, possuem crenças fantásticas/sobrenaturais

em virtude de terem vivenciado o que concebem como algo sem explicação natural ou sobrenatural (por exemplo, ser curada da doença X após fazer uma oração) ou porque foram convencidas acerca da crença no sobrenatural por intermédio de contos/diálogos e compartilhamento convincente, por outros, de experiências fantásticas ou sobrenaturais.

Quando o discurso, as crenças e os comportamentos decorrentes da fé no sobrenatural (fé em um corpo de entidades poderosas sobrenaturais, com poderes causais reais no universo físico-material) encontram-se organizados e institucionalizados, temos uma religião ou doutrina religiosa. As religiões, utilizando o método da autoridade da fixação das crenças (PEIRCE, 2008), dispõem de mecanismos eficientes para espalhar (propaganda religiosa e missionária, por exemplo) e reforçar (catequese, por exemplo) a crença dos seus membros.

Estamos aqui, de fato, em terreno movediço, ao tentar utilizar a classificação de Peirce para os métodos de fixação das crenças no caso da religião. Isso porque, ainda que a crença na veracidade das afirmações e dogmas da religião X seja fixada por meio da autoridade e educação do membro, quando um membro acredita em uma religião, tende, ao mesmo tempo, a desconsiderar ou fechar os olhos para qualquer outra doutrina ou discurso que contraria o que ele já acredita e/ou sua religião. Tal membro, nas palavras de Peirce: “[...] *não se propõe a ser racional, e, na verdade, falará frequentemente com desprezo da razão fraca e ilusória do homem*” (PEIRCE, 2008. p.11). Mas esse *não se propor a ser racional* é o que mais diretamente caracteriza o *método da tenacidade de fixação das crenças*. As crenças, na tenacidade, não são relativizadas, comparadas com outros sistemas de crenças, nem colocadas em confronto empírico com a realidade. A pessoa apenas acredita, e não deseja deixar de acreditar por nada.

Mas o método da tenacidade não consegue ser sustentado quando vivemos em comunidade. A pessoa, ao habitar um mundo plural, em que distintos sistemas de crenças coexistem, mais cedo ou mais tarde, acaba se deparando com outras formas de pensar, tão boas quanto as suas, o que, por sua vez, produz (ou pode produzir) dúvidas acerca de suas próprias crenças (e esse é o espaço possível para alteração ou revisão das crenças, quando a pessoa consegue romper com a rigidez das crenças fixadas por meio da tenacidade). Na próxima seção, abordaremos o

trabalho de Shermer acerca da disposição humana para formar padrões e acomodar os eventos em uma estrutura causal.

IV. CRIAÇÃO/INFERÊNCIA DE PADRÕES (PADRONIZAÇÃO COGNITIVA DO MUNDO)

No capítulo anterior, vimos, apoiados nas concepções do filósofo Peirce e do psicólogo experimental Hood, que nós, humanos, possuímos uma disposição para estabelecer crenças que, por sua vez, irão moldar a nossa conduta, determinando hábitos de pensamento e padrões de ação. O hábito constitui um padrão, que liga um *comportamento X* a um *acontecimento ou circunstância Y*. Se *Y*, a circunstância, acontece no contexto de atuação da pessoa, então a pessoa tende a aplicar ou adotar o comportamento *X*, derivado do hábito ou do padrão de ligação entre *X* e *Y*. Michael Shermer (2012) chama de *padronicidade* essa tendência ou disposição que possuímos para procurar e estabelecer padrões. Já o significado atribuído aos padrões que estabelecemos expressa, na concepção de Shermer, nossa *agenticidade*, ou seja, agir ou moldar nosso comportamento com base nos padrões percebidos e estabelecidos por nós. Assim como as crenças, os padrões são criados o tempo todo, porque favorecem a nossa ação prática no mundo. O padrão, tal como entendido por Shermer, é algo muito próximo à noção de hábito, tal como entendido por Peirce. Padrão é, de acordo com Shermer, uma ligação entre pontos, ligação entre, por exemplo, um acontecimento (percepção de um objeto) e uma forma de comportamento ou ação.

A criação de padrões (ou hábitos, para Peirce) favorece a ação, por um lado. Mas, por outro lado, pode, também, deixar a pessoa mais suscetível a erros e engano (como vimos, por exemplo, com o método da *tenacidade* e a *priori* de fixação das crenças que determinam hábitos de conduta). Isso porque, quando criamos um padrão, criamos, também, a concepção ou ideia de que alguma coisa é o caso no mundo, de que alguma coisa é real, mas, a rigor, podemos estar enganados acerca de tal realidade. Para Shermer, os erros mais comuns cometidos quando estabelecemos padrões são o *falso positivo* (erro cognitivo de tipo 1) e o *falso negativo* (erro cognitivo tipo 2). O falso positivo acontece quando acreditamos que algo é o caso ou é real, sem que o seja. Já o falso negativo ocorre quando acreditamos que algo não é o caso, quando, de fato, é o caso. Por exemplo: imagine que você esteja andando em um beco estreito, pouco movimentado, bem tarde a noite. No meio do caminho, você observa uma sombra passando. Será que se trataria de um ladrão ou apenas de um gato? Se você acredita que se trata, de fato,

de um ladrão, mas, na verdade, o que é o caso é meramente a presença de um gato, você cometeu um erro *falso positivo*, criando, assim, um padrão (associação entre sombra e ladrão) inexistente na própria realidade. Por outro lado, se você acredita que não se trata de um ladrão, mas, na verdade, a existência ou presença do ladrão no beco escuro é o caso, você cometeu um erro *falso negativo*, culminando em ter sido roubado.

No exemplo acima, o custo de não se inferir a existência do padrão (associação entre sombra e ladrão) é alto, implicando na possibilidade de ser assaltado, caso o padrão exista de fato na própria realidade. Mas não é sempre que o custo da criação de um padrão (ou padronicidade) é alto como no exemplo acima. É difícil diferenciar o custo dos erros *falso positivo* e *falso negativo*. Mas Shermer cria a seguinte fórmula:

$$P = C_{TI} < C_{TII}$$

“Ou seja, a padronicidade (*P*) [a criação do padrão *P*] ocorre quando o custo (*C*) de cometer um erro do tipo I (*TI*) [afirmar que algo é o caso quando não o é] é menor do que o custo (*C*) de cometer um erro tipo II (*TII*) [afirmar que algo não é o caso quando, de fato, é]” (SHERMER, 2012. P. 76). Em outras palavras, parece haver vantagens evolucionárias em se supor, muitas vezes, que certos padrões (conexões causais entre objetos/eventos no mundo) sejam de fato reais, mesmo que possamos estar enganados nesse sentido.

Preferimos, de acordo com Shermer, acreditar na existência do padrão, generalizar ou maximizar a padronicidade, por razões práticas e de antecipação do curso futuro da nossa ação. Mas será, por exemplo, que essa mesma tendência à padronização estaria em jogo quando inferimos a existência de uma entidade racional, superpoderosa, que teria criado o universo e os seres, os seres humanos aí incluídos? Vamos ficar, para facilitar a análise, com o caso do Deus cristão. Quem acredita no Deus cristão, e segue a sua palavra, vai para o céu, e desfruta a eternidade no paraíso. Quem, por outro lado, não acredita no Deus cristão (mesmo agindo de modo compatível com as palavras de Deus [caso de fato Ele exista), vai para o inferno, e sofrerá eternamente. Se a pessoa *P* acredita em Deus (e segue a sua palavra), e se Deus existe de fato, então *P* ganha a eternidade no céu. Agora, se Deus não existe, e a morte é o fim, *P* não perde nada. Também, se *P* não

acredita em Deus, e Deus existe de fato, P perderá o paraíso (vai para o inferno). É melhor, nesse sentido, acreditar em Deus e essa análise, de acordo com Shermer, está, implícita ou explicitamente, envolvida ou pressuposta na aceitação, por parte das pessoas, da existência de Deus e de uma religião, mesmo que não venhamos a contar com evidências empíricas capazes de atestar a real existência ou realidade de Deus.

O processo de padronização do mundo (criação de padrões conectando objetos/eventos a outros objetos/eventos e/ou eventos à eventos) é aprendido ao longo do transcurso da vida e do desenvolvimento e complexificação cognitiva da pessoa. Faz parte do processo de crescimento mental/existencial e aprendizagem da pessoa durante a vida. A criação de padrão, ou de conexões causais, constitui a forma pela qual observamos e procuramos entender o mundo, ligando pontos, inferindo causas. O problema da padronização é, como no caso das crenças, que nem sempre os pontos ligados (causalmente conectados pelo padrão) correspondem a algo real ou verdadeiro no mundo (o caso da inferência de um falso padrão). É como explicar algo com coisas (ou causas) improváveis. Por exemplo:

Alguns pais de crianças autistas alegaram que, logo depois de levarem os filhos para tomar (A) a vacina tríplice contra sarampo, caxumba e rubéola, receberam (B) o diagnóstico de autismo (SHERMER, 2012, p. 79).

Podemos estar, no exemplo acima, diante de um erro *falso positivo*, já que nada na biologia atesta a conexão causal entre a vacina tríplice (contra sarampo/caxumba/rubéola) e o desenvolvimento posterior do autismo. Mas as pessoas fazem sim, com frequência, inferências causais como essa, mesmo sem razão científica para tanto, com base apenas no sentimento ou emoção.

Além do problema, de natureza epistemológica, de saber, com certeza, se um padrão percebido e/ou criado é real ou não, temos, também, o problema, de natureza igualmente epistemológica, de distinguir um padrão real de uma alucinação. Normalmente, quando vemos algo ou sentimos a presença de pessoas que outros não conseguem, igualmente, ver e/ou sentir, a resposta mais provável para esse fenômeno é tratar-se de uma alucinação. Tal como indica Shermer, as pessoas que experienciam alucinações não conseguem diferenciá-las do mundo real. Para elas, as alucinações são tão reais quanto o mundo exterior. De acordo

com Shermer, estresse, hipóxia¹, climas extremos e problemas cerebrais, como doenças neuro-degenerativas, estão entre as causas conhecidas das alucinações.

A solidão também pode ser elencada como fator desencadeante da alucinação. As pessoas, quando permanecem sozinhas por um período prolongado de tempo, tenderiam a desenvolver uma suscetibilidade para a percepção de coisas que não seriam reais. Alpinistas ou pessoas caminhando, por exemplo, no deserto tendem a ver pessoas caminhando ao lado delas, ou paradas longe, podendo, até mesmo, se engajar em comunicação. O motivo, segundo Shermer, para essa tendência a ver pessoas (como alucinação) reside na própria natureza humana, somos seres sociais, vivemos em comunidade e, por essa razão, sempre temos a expectativa de encontrar pessoas ao nosso redor, em nosso entorno social. Mas o que dizer da percepção de (ou da experiência subjetiva com) figuras religiosas (como, por exemplo, Jesus ou Zeus)? Poderia, nesse caso, tratar-se de uma mera alucinação? Shermer argumenta que pode ser que sim. Não podemos, igualmente, descartar, como razão para a percepção ou experiência subjetiva com figuras ou ícones religiosos, o forte desejo (ou até mesmo a obstinação) de uma experiência dessa natureza por parte de pessoas filiadas a certa religião. Acrescentamos ainda, e como vimos nas seções anteriores, que as pessoas, por intermédio de uma educação familiar condescendente com a crença no fantástico/sobrenatural, podem apresentar uma disposição para acreditar no “invisível” ou naquilo que apenas ela (subjetivamente) vê, ou percebe, como sendo o caso e/ou deseja que seja real no mundo. Talvez em virtude disso, vivemos em uma civilização predominantemente religiosa. Levantamentos feitos até 2009, indicaram que 84% da população mundial possui ou professa alguma modalidade de religião. Para Shermer, essa crença amplamente espalhada nas religiões seria algo estranho ou alheio a uma sociedade moderna, que dispõe do método científico e teorias empíricas acerca da origem e evolução do universo físico observável. Para esse autor, a crença em Deus faz parte (ou depende fundamentalmente) da nossa crença no fantástico/sobrenatural. Ele argumenta que criamos Deus ou Deuses (e isso faria parte da nossa disposição para acreditar em entidades míticas/supremas) e, conseqüentemente, criamos, também, as diversas modalidades de religião ou crenças religiosas. Criamos Deus, segundo Shermer, como uma tentativa de responder, sem a necessidade de provas,

¹ Diminuição das taxas de oxigênio no sangue arterial e nos tecidos; Falta de ar.

com base apenas na fé (experiência subjetiva), questões fundamentais sobre a origem, significado da vida e do universo, e dessas mesmas respostas extraindo orientações gerais e modelos de conduta. Nas palavras do autor:

Deus é o supremo *padrão* que explica tudo o que acontece, do início do universo ao fim dos tempos, e tudo o que existe entre eles, inclusive e especialmente o destino das vidas humanas. Deus é o supremo agente intencional, que confere sentido ao universo e propósito a nossa vida (SHERMER, 2012, P. 182).

Ou seja, para o autor, Deus criou o universo e a totalidade de tudo que nele existe. A busca pelo propósito da vida, e modo pelo qual bem viver a vida na terra, passaria, então, pelo entendimento da vontade de Deus ou, em outras palavras, devemos viver a vida em comunidade à luz dos princípios de interação entre as pessoas emanados da razão divina que nos criou. Mas quem, exatamente, ou o que, exatamente, seria Deus? Limitando nossa resposta para o caso dos ocidentais monoteístas, Deus constitui:

Um ser todo-poderoso (onipotente) que tudo sabe (onisciente) e dotado de bondade infinita (benevolente); que criou o universo e tudo o que nele existe, que é preexistente e eterno, um espírito incorpóreo que criou, ama e pode dar aos humanos a vida eterna (SHERMER, 2012, P. 191).

Mas uma questão fundamental ainda permanece. Deus existe de fato? À luz do método científico, não podemos estar seguros acerca da existência (real/objetiva) de Deus. À luz da fé das pessoas que acreditam, a existência de Deus, pela fé, é real. Deus seria, para essas pessoas, fonte de sabedoria, modelo de conduta e inspiração para bem viver a vida, além de esperança em uma vida eterna (mas, vale lembrar, a crença em Deus e em tudo que Ele representa é fixada pela fé ou experiência subjetiva/método da tenacidade e autoridade de fixação da crença, usando a classificação de Peirce).

V. RELIGIÃO (OU CRENÇA RELIGIOSA)

O filósofo Charles Peirce (2008), assim como o Psicólogo Experimental Hood (2012), advoga em favor de uma aplicação mais ampla do Método Científico no estabelecimento das nossas crenças acerca das entidades que seriam de fato reais no mundo, advoga em favor de um mundo no qual as crenças da maioria da população comum (e não apenas ou majoritariamente da comunidade dos cientistas) seriam fixadas pela aplicação rigorosa do método científico. Expressão desse pensamento pode ser constatada na passagem que se segue:

Durante os últimos 400 anos, testemunhamos uma espantosa explosão da nossa compreensão sobre o universo, algo bem parecido com um *big-bang* de conhecimento científico. Em nenhum outro período da história humana fizemos avanços tão grandes para explicar tantas facetas do mundo natural. [...] Observamos as galáxias mais distantes e exploramos os mistérios subatômicos por meio da nossa ciência. A ciência deveria ser a base do nosso conhecimento e sabedoria. Mesmo assim, crenças no sobrenatural – crenças que não são naturais ou científicas – ainda são bem comuns (HOOD, 2012, p. 107).

Mas, mesmo com o esplendoroso avanço científico neste e no último século, as pessoas em geral não abandonaram suas crenças em entidades religiosas, sobrenaturais, que não habitariam o universo físico, mas, supostamente, e de algum modo ainda misterioso para nós, exerceriam poder (eficiência causal) sobre ele (sobre o universo físico). Assim é que há hoje mais de cinco mil religiões diferentes espalhadas pelo mundo, cada uma delas com seus entes ou Deuses, crenças, dogmas, preceitos e rituais específicos. Podemos dizer, em certa medida, que a influência de uma religião pode ser estabelecida pelo seu número de adeptos ou membros. Além disso, e para Hood, as crenças religiosas tendem a se espalhar pelo mundo sobretudo em momentos de crise (momentos difíceis/catastróficos), constituindo fonte de alento para as pessoas e um modo fácil (sem depender do esforço de aplicação do método científico) para encontrar respostas sobre aquilo que existe no universo. Em outras palavras, para Hood, a religião surgiu, primeiramente, com o propósito eliminar dúvidas acerca do significado da vida e do universo, sua origem e seus mistérios. Vale lembrar que, antes do surgimento da ciência moderna, no Século XVII, o conhecimento religioso, baseado na fé (tenacidade) e poder (autoridade) da igreja, era a única fonte de conhecimento disponível as pessoas. Com o método científico, observamos o surgimento de um

outro modo de observação e entendimento da realidade, modo esse fundamentalmente baseado na observação, experimentação e testes de hipóteses e teorias acerca dos fenômenos e do universo, livre dos dogmas e autoridade das crenças e instituições religiosas. Mas seja como for, a crença no sobrenatural/fantástico sobrevive com as religiões (e às vezes ainda em conflito com a ciência). Nas palavras de Hood (2012, p. 108): “*todas as religiões são baseadas em crenças sobrenaturais*”.

Nesse sentido, e para Hood, há fortes indícios que suportam a hipótese, cientificamente orientada, de o ser humano ter originalmente criado ou concebido Deus, Deuses e todas as religiões e modalidades de crenças religiosas. Pesquisas antropológicas, sociológicas, históricas, mitológicas e psicológicas mostram como teriam sido criadas as religiões e seus mais diversos Deuses. Vejamos o exemplo dos deuses gregos. Os gregos acreditavam que as forças e fenômenos da natureza eram causados e controlados pelos deuses. A cultura grega constituía uma cultura politeísta/aberta, e não tinha nenhuma concepção acerca de *purgatório* ou *condenação da alma*, como nas religiões monoteístas/fechadas. Os gregos nem sequer possuíam escritos sobre os deuses. Isso só veio aparecer com a chegada de poetas, que buscavam histórias faladas, para compor as características mais marcantes dos deuses. Algumas características das novas (ou posteriores) religiões vieram a incorporar elementos da cultura grega, sobretudo o cristianismo.

A Bíblia Hebraica (Antigo Testamento) retrataria um cenário remontando ao final do segundo milênio antes da era cristã (AEC), mas ela teria sido escrita mais de quinhentos anos depois.² Atualmente, a Bíblia é venerada e seguida por bilhões de pessoas, que a consideram fonte de valores morais (modos de conduta, comportamento e ação). Traduzida para mais de três mil línguas, a Bíblia constitui a publicação mais vendida do mundo. Pode ser facilmente encontrada nas mesas de cabeceira de hotéis em todo o mundo. Nos tribunais, nos Estados Unidos da América, por exemplo, as testemunhas prestam juramento sobre ela. O próprio Presidente dos Estados Unidos, antes de assumir o cargo de governante da nação, faz o juramento de posse sobre a Bíblia, prometendo defender o povo (o bem coletivo ou público) e respeitar a Constituição.

Curiosamente, ou a despeito de todo seu amplo alcance e prestígio, a Bíblia Sagrada, ou Antigo Testamento, constitui uma espécie de celebração da violência. Após construir a Terra, Deus teria moldado, do barro, o homem, à sua imagem e semelhança, a ele conferindo a vida, a razão por meio da palavra (palavra que constitui o elemento da criação ou razão divina). Da costela de Adão, Deus fez a mulher, que Adão chamou de Eva. Os dois coabitaram e Eva deu à luz à Caim, depois à Abel. Então, estando ambos no campo, Caim se levantou contra Abel e o matou. A população mundial era de apenas quatro pessoas, e é como se a morte de Caim por Abel tivesse representado uma taxa de 25% em homicídio, milhares de vezes maior que as taxas atuais em países ocidentais.

Outra história de natureza violenta, presente no Antigo Testamento, é a seguinte, nas palavras de Pinker:

Mal os homens e as mulheres começaram a se multiplicar, Deus decide que são pecadores e que a punição apropriada é o genocídio (Na comédia de Bill Cosby, um vizinho implora que Noé lhe dê uma pista da razão de ele estar construindo uma arca. Noé replica: “Por quanto tempo você consegue andar sobre as águas? ”). Quando as águas baixam, Deus passa a Noé a lição de moral, o código de vingança: “Se alguém derramar o sangue do homem, pelo homem se derramará o seu” (PINKER, 2013. p. 36).

Temos, também, Abraão, considerado o ancestral espiritual dos cristãos, judeus e muçulmanos. O sobrinho de Abraão, Ló, vai morar em Sodoma. Ele percebe que seus habitantes eram sexualmente promíscuos. Então, Deus mata cada homem, mulher e criança em um ataque com fogo divino. Abraão, por sua vez, é submetido a um teste de valores morais. Deus lhe ordena que leve seu filho Isaac para o alto de uma montanha, amarre-o, corte sua garganta e queime o corpo como um presente para Deus. No último instante, um anjo intervém e segura a mão de Abraão. Muitos leitores, durante milênios, tentaram entender por que Deus teria insistido nessa tarefa. Há quem diga que Abraão teria sido reprovado no teste, em uma interpretação anacrônica, uma vez que a obediência à autoridade divina constituía a virtude máxima (e não à vida humana). Seja como for, *a disposição de Abrão para sacrificar seu próprio filho aponta para a força e poder da crença de natureza religiosa na determinação ou organização da conduta de seus adeptos*. Ataques terroristas, motivados religiosamente, ilustram igualmente a força da crença na autoridade de Deus ou da Igreja.

Contudo, de acordo com Pinker (2013), estórias como a de Abrão, Noé, e eventos relatados na Bíblia, não contariam com evidências empíricas capazes de suportar a realidade (constatação de ocorrência) dessas mesmas estórias/eventos (seriam mesmo, para o autor, meras ficções). É o que aparece na seguinte passagem:

Os historiadores não encontraram nos escritos egípcios menção alguma à partida de um milhão de cativos (algo que não passaria despercebido aos egípcios); tampouco os arqueólogos encontraram nas ruínas de Jericó ou de cidades vizinhas evidências de algum saque por volta de 1200 AEC. E, se existiu algum império dravídico que se estendia do Eufrates até o Mar Vermelho na virada do primeiro milênio AEC, ninguém da época parece ter notado (PINKER, 2013, p. 42).

Atualmente, o que foi retratado no Antigo Testamento, aparece como selvagem, chocante e desprezível. Escravidão, estupro e assassinatos dos próprios membros da família. Isso, ao olhar contemporâneo, é absurdo. Mas esses relatos refletem uma visão dos antigos. A população da época (autores da Bíblia) parecia não considerar absurdo escravizar pessoas ou aplicar castigos perversos. A vida humana não possuía tanta importância quanto à obediência às autoridades e aos bons costumes. A crença era que a Bíblia mostrava o caminho da verdade, o único caminho para a Salvação. Já uma outra concepção de vida e de Deus surge, de acordo com Pinker, com o Novo Testamento:

Os cristãos preferiram a iracunda deidade do Antigo Testamento em favor de uma concepção mais recente de Deus, personificada no Novo Testamento (a Bíblia cristã) por seu filho Jesus, o Príncipe da Paz. Sem dúvida, amar os inimigos e oferecer a outra face é um avanço em relação a destruir totalmente tudo o que tem fôlego (PINKER, 2013, p. 43).

Vale, também, destacar que religiões novas tendem a incorporar, em suas narrativas, características/fatos/crenças pertencentes a outras religiões. Isso constitui uma forma de fortalecer a religião e converter adeptos de outras religiões. Assim, por exemplo, vinte e cinco de dezembro, data de celebração do Deus Sol Rá, Deus dos pagãos, constitui, também, data do nascimento de Jesus Cristo, de acordo com a religião católica. Os pagãos tinham, também, mitos de um salvador filho de Deus, que andava com doze discípulos zodiacais, fora sacrificado pela humanidade, ressuscitado e simbolicamente comido por seus discípulos.

Temas como *ressurreição*, *dilúvio* e *virgindade* também constituem ponto de partida e inspiração para outras narrativas religiosas. Osíris é o Deus da vida,

morte e fertilidade, Deus que pertence às antigas religiões egípcias datada em 2.400 AEC. Acreditavam os faraós e seu povo que, mesmo com suas mortes, eles poderiam renascer quando Osíris ressuscitar, desde que seguissem fielmente as crenças e práticas religiosas. É uma história bem familiar. Dionísio nasceu de uma virgem, é o Deus grego do vinho, da embriaguez, da desmedida. Seu pai é rei dos céus, retornou dos mortos e transformou a água em vinho. E, curiosamente, fez com que seus seguidores comessem e bebessem a carne e o sangue do salvador.

Mas qual exatamente seria o papel das religiões? Para Pinker, a crença religiosa cumpre o papel de oferecer uma explicação para o universo e para a vida, oferecer conforto, paz e esperança, além de propósito, código de conduta e regulação moral daqueles que acreditam. As pessoas, como sabemos, podem quebrar a lei, cometer crimes, assassinatos e assim por diante. Para impedir que isso, em alguma medida, aconteça, o Estado exerce seu papel, promovendo a integração em comunidade e punindo os criminosos. Mas, mesmo assim, para Pinker, há uma lacuna que permite a instabilidade/maldade/descumprimento a ordem estabelecida do homem, de uma forma mais pessoal. Por essa razão, teríamos, também, criado as religiões, como uma forma primitiva, e individual, de regular o comportamento ou conduta das pessoas em seus hábitos e ideias. O Estado lidaria, assim, com questões públicas e a Religião lidaria, por sua vez, com questões individuais (pessoais). Por exemplo: se alguém rouba, e é pego em flagrante, será preso pelo Estado. Mas se alguém cobiça a mulher do próximo, o que não é um crime para o Estado, será punido por Deus (porque isso constitui um pecado à luz do cristianismo).

Foi essa a ideia de pecado que os criadores das religiões tiveram para controlar a conduta individual das pessoas. A Religião, ou, mais precisamente, a crença religiosa, determina o comportamento dos adeptos, dizendo o que fazer, quando fazer e por que fazer X ou Y em circunstâncias específicas.

As religiões bem estabelecidas contam com narrativas oficiais, dogmas e manuais de conduta. A Bíblia, que representa a palavra de Deus, para os cristãos, por exemplo. Mas não há, como destacamos, evidências empíricas que apontam para Deus como sendo o verdadeiro autor das palavras que aparecem na Bíblia. A crença é, nesse sentido, fixada, pelos seguidores, meramente com base na fé

(tenacidade) e poder (autoridade) da Igreja. Mas aqueles que acreditam na Bíblia (ou qualquer outra fonte de crença religiosa), apenas acreditam, perdendo, assim, a capacidade para colocar a crença religiosa em perspectiva, em dúvida. Poucas pessoas se questionam acerca da veracidade da Bíblia. Hoje, sabemos que, muito provavelmente, a Bíblia codifique pensamentos e padrões de conduta humanos, palavras humanas e não, por conseguinte, palavras divinas. Mas aqueles que acreditam insistem que Deus escreveu a Bíblia por intermédio dos homens. Se um homem escrevesse, nos dias atuais, uma história que pregasse um novo salvador e um novo Deus, o chamaríamos de louco, charlatão. Mas qual a diferença entre ele e os que escreveram antigamente? Se não acreditamos nessa pessoa, por que não questionamos os antigos? A questão que desejamos levantar é: por que as crenças religiosas são levadas tão seriamente, pelos que acreditam, a ponto de moldar a conduta das pessoas sobre o comportamento ético e questões filosóficas e existenciais? Existem muitas religiões, por que somente aquela religião em particular, para quem crê, é a verdadeira?

As pessoas, do ponto de vista da crença religiosa, acreditam no que estão dispostas a acreditar, e essa prontidão para acreditar em algo de natureza religiosa ou na religião X é, em geral, passada de geração para geração. As crianças tendem, como vimos com Hood, a acreditar, cegamente, no que dizem os (ou nas crenças dos) pais. Apenas mais tarde são capazes de exercer alguma modalidade de pensamento crítico (analisar criticamente/duvidar do seu conjunto de crenças). Mas aí pode ser tarde mais. A crença religiosa já poderá estar muito bem estabelecida e forte na natureza (ou personalidade) da pessoa. Pode ser, assim, e também, mais confortável continuar, por exemplo, acreditando que há esperança e paz num reino paradisíaco pós-morte, do que relativizar tal crença e se confrontar, digamos, com a possibilidade da finitude da existência pessoal após a morte (para ciência, todo evento mental é produzido ou causado por um evento cerebral e, por conseguinte, a morte do corpo (a morte cerebral) implica em perda da existência pessoal). É como se, nesse sentido, as religiões cumprissem o talvez importante (ainda que sem base experimental ou científica) papel de alimentar esperanças e fazer com que as pessoas estejam dispostas a acreditar naquilo que parece inacreditável, fantástico/sobrenatural. Na próxima seção, abordaremos, baseados no trabalho de Shermer, algumas tendências ou disposições mentais que, caso cultivadas e não

combatidas por nós, são capazes de produzir apego cada vez mais tenaz e forte às crenças, mesmo quando elas se mostram claramente equivocadas e em desarmonia com a experiência.

VI. CRENÇAS, AGENTES E TENDÊNCIAS

De acordo com Shermer (2012), e como vimos no caso da busca humana por padrões, o nosso cérebro (notemos: Shermer fala do cérebro, e não da mente ou das nossas capacidades cognitivas) procura acomodar aquilo que é, inicialmente, aleatório e/ou sem significado em categorias conhecidas, ou, mais especificamente, reconhecidas, posteriormente, pela “mente”, ou pelo sujeito percebedor, como inteligíveis, causais. É como se nossos cérebros nos compelsse, o tempo todo, para observar e estabelecer associações ou conexões entre eventos (a possível razão ou vantagem evolutiva disso seria a formação de memória e o armazenamento de informação sobre o mundo).

Buscamos padrões, e procuramos acomodar o destituído de significado em percepção significativa. Exemplo disso (figuras abaixo) constituem os assim chamados “rostos de marte” e “sorriso em marte”. As pessoas enxergam faces humanas na superfície (formações rochosas de marte), planeta que, sabemos, nunca supostamente teria sido visitado por nenhum humano (e o mesmo fazemos quando olhamos para as nuvens, estrelas, montanhas e assim por diante).

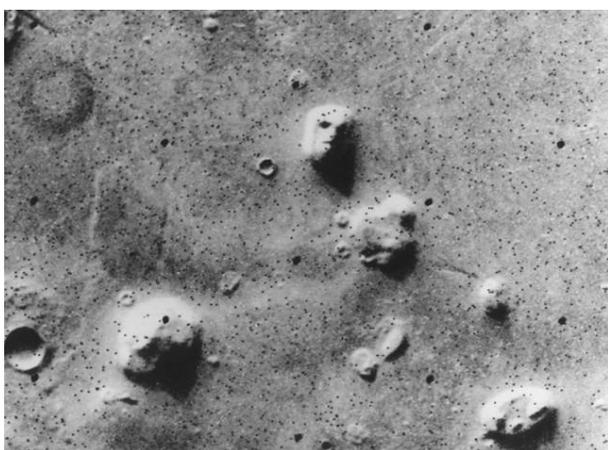


Figura 1 – Rosto de Marte. (Fonte: NASA)

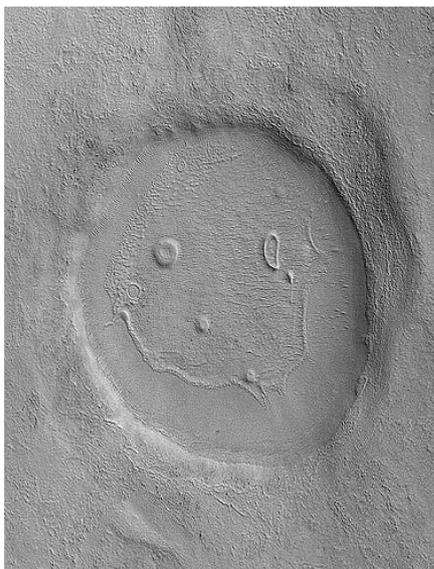


Figura 2 – Sorriso em Marte. (Fonte: Terra)

Para Shermer, essa disposição para buscar padrões ou associar eventos constitui característica mais geral da importante, do ponto de vista social ou comunitário, capacidade humana para associar traços fisionômicos (externos) à experiências qualitativas ou emoções (internas/acessíveis apenas ao EU). Tal capacidade, envolvida no reconhecimento da intersubjetividade, é o que nos permite inferir aquilo que outras pessoas estariam vivenciando (do ponto de vista do comportamento observável), de modo que possamos responder com emoções semelhantes ou contrárias e estabelecer, assim, uma interação social.

O *software* do reconhecimento facial foi construído em nosso cérebro pela evolução devido à importância do rosto para estabelecer e manter relacionamentos, ler emoções e determinar a confiança nas interações sociais. Observamos a direção do olhar de alguém pelo branco dos seus olhos. Detectamos a dilatação das pupilas como sinal de excitação (de raiva, sexual ou de outra natureza). Podemos inspecionar o rosto de alguém em busca de sinais emocionais: tristeza, repulsa, alegria, surpresa, raiva e felicidade. Notamos a sutil diferença entre um sorriso verdadeiro e um falso na maneira como as pálpebras superiores se erguem, sinal de um sorriso genuíno. Os rostos são importantes para uma espécie de primatas sociais como nós somos (SHERMER, 2012, p. 85-86)

Mas essa capacidade para associar (expressões faciais a emoções, por exemplo) ou acomodar as percepções em padrões significativos parece ser dependente, também, de nossa historicidade, cultura, conceitos e conjunto de crenças. As assim chamadas imagens de duplo sentido ilustram bem isso. Essas imagens se apresentam constituídas por, ao mesmo tempo, duas figuras possíveis. Na Figura 4, pessoas adultas tendem a imediatamente reconhecer a silhueta de um



Figura 3 – Sorriso.

casal e, apenas mudando o foco de observação, posteriormente, é que conseguem observar os diversos golfinhos. Crianças, ao contrário, tendem a imediatamente reconhecer os golfinhos. Elas não deixam de perceber um casal, mas, como não conseguem interpretar (acomodar em uma percepção inteiramente significativa e próxima da sua experiência e historicidade) o que tal casal estaria fazendo, a percepção dos golfinhos tende a prevalecer de um modo geral.

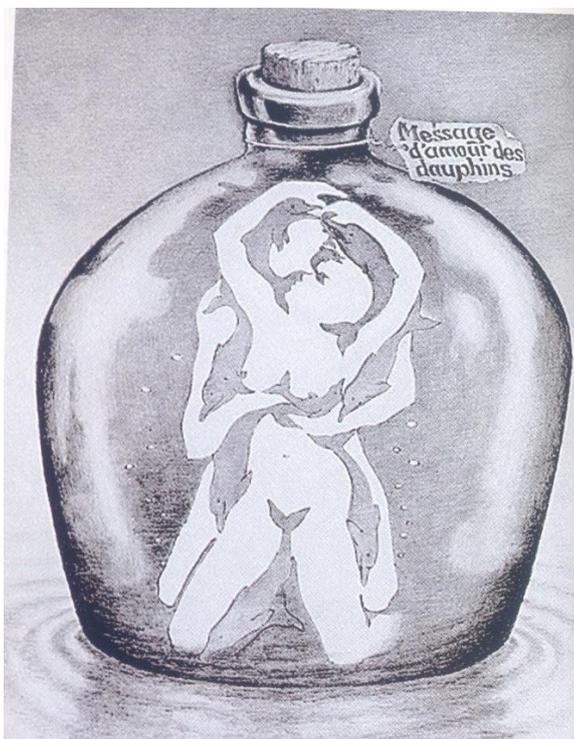


Figura 4 – Golfinhos. (Fonte: Taratitaragua)

Assim, como mostra o exemplo acima, os nossos conceitos/crenças moldam a nossa percepção/ação no mundo de modo forte. Em certa medida, enxergamos, no mundo, aquilo que estamos dispostos a ver, e essa disposição para ver constitui expressão ou função dos nossos conceitos/conjunto de crenças. Mas haveria (parece lícito, de um ponto de vista filosófico, perguntar) livre arbítrio (total ou parcial) do sujeito na fixação das crenças que moldam a sua conduta?

Quando as crenças guiam a conduta, é como se o sujeito “perdesse” o livre arbítrio, agisse instantaneamente em conformidade com o que acredita, no piloto automático, e só depois tentasse confirmar a adequabilidade da ação em seu contexto social, elencando elementos (para si mesmo ou para os outros) que autorizariam ou justificariam a conduta por ele imediatamente adotada à luz das

suas crenças. Mais muitas de nossas crenças, como vimos com o psicólogo experimental Hood (2008), foram por nós adquirida antes mesmo de uma capacidade crítica ou reflexiva estar ativa em nossa natureza. Por essa razão, temos que reconhecer que, sem uma disposição para olhar criticamente para o nosso próprio conjunto de crenças, nosso livre arbítrio não é total. A vida em comunidade (e, sobretudo, em um âmbito intercultural, em que diversas culturas ou sistemas de crenças coexistem) requer que sejamos capazes de relativizar (colocar em perspectiva) nossas crenças, respeitar as diferenças (os diferentes sistemas de crenças) e adotar, tanto quanto isso seja possível, uma postura crítica sobre nós mesmos (sobre o que acreditamos e as razões que justificariam ou fundamentariam nossas crenças).

Parece difícil aceitar que não exercemos total livre arbítrio ou controle na fixação das nossas crenças (porque isso, em alguma medida, coloca limites sobre nossa ideia de agentes). Esse ponto é abordado por Hood na passagem que se segue:

[...] Entretanto, se há uma coisa que deixa tanto crentes quanto não crentes preocupados é o prospecto de que haja uma predisposição mental em relação as escolhas da vida. Isso ocorre porque gostamos de pensar que, quando tomamos nossas decisões, nós o fazemos com base no nosso raciocínio objetivo. Gostamos de pensar que ponderamos as evidências para fazer um julgamento equilibrado. Na verdade, quando tomamos decisões, existe todo tipo de tendência e preconceito que funciona independentemente da razão. Nós não temos necessariamente o livre-arbítrio para escolher, essa é uma ideia com a qual ninguém fica feliz (HOOD, 2012. p. 155-156).

Shermer identificou e classificou tendências que justificam (*a posteriori*) decisões tomadas e crenças estabelecidas e/ou fixadas. Teríamos, em primeiro lugar, o que Shermer designa como *tendência confirmatória*, que consiste em *procurar e encontrar evidências que confirmem crenças já existentes e ignorar ou reinterpretar evidências que não as confirmem* [essa tendência, interpretada à luz da estrutura conceitual de Peirce, estaria próxima ao método da tenacidade de fixação das crenças, em que o sujeito olha com desprezo para tudo aquilo que se coloca contrário ao que ele acredita ou pensa, se afastando, por essa mesma razão, de tudo que possa sugerir alteração nas suas crenças] (SHERMER, 2012. p. 274). Nesse tipo de tendência, há sempre expectativas criadas e moldadas pelas crenças

já estabelecidas, um tipo especial de viés que procura, na experiência, a confirmação das consequências das crenças. Por exemplo:

[...] Em um estudo de 1983, os psicólogos John Darley e Paget Gross mostraram aos sujeitos um vídeo de uma criança sendo submetida a um teste. A um grupo eles disseram que a criança pertencia à classe alta, enquanto o outro grupo foi informado de que ela pertencia à classe baixa. Os sujeitos foram então solicitados a avaliar as capacidades acadêmicas da criança com base nos resultados do teste. Embora os dois grupos estivessem avaliando exatamente o mesmo teste, aqueles que achavam que a criança era de uma classe socioeconômica alta avaliaram suas capacidades acima do seu nível de ensino, enquanto os que julgavam que a criança fosse de classe baixa a avaliaram abaixo do seu nível de ensino (SHERMER, 2012. p. 274).

O viés aqui é que as pessoas acreditam que quem é proveniente de uma classe socioeconômica mais favorecida tende a receber melhor e mais eficiente educação, atribuindo, a elas, que supostamente seriam privilegiadas (econômica e educacionalmente), nível de aprendizagem mais alto, supervalorizado (confirmando assim a crença inicial que moldou a mensuração ou medida do nível ou grau de aprendizagem).

Teríamos, também, além da *tendência confirmatória*, o que Shermer designa como *auto-justificação*. A auto-justificação seria, para o autor, outra tendência usada para fixar, explicar e defender as crenças. Ela tenderia a racionalizar *decisões depois do fato, para nos convencer de que o que fizemos era a melhor coisa que poderíamos ter feito* (SHERMER, 2012, p. 278). Essa tendência se aplica a tudo, desde coisas simples, como compras em um supermercado, até à escolha da carreira profissional. A auto-justificação, assim como o método da tenacidade de fixação da crença, tal como proposto por Peirce, confere inteligibilidade às nossas escolhas (mesmo que essas escolhas se revelem equivocadas ou não contribua para que venhamos a alcançar um objetivo por nós estabelecido), nos deixando, assim, mais confortáveis (evitando a irritação da dúvida), mesmo quando há evidências que apontam justamente o contrário, ou seja, que nossa crença ou decisão está equivocada e/ou não conta com fundamento na própria experiência. Assim, por exemplo, a pessoa presta um concurso público e não é aprovada. Em lugar de avaliar criticamente seu desempenho no concurso (a necessidade de estudar ou se dedicar mais ao conhecimento), a pessoa pode racionalizar, dizendo, mais ou menos, algo do tipo: “*ah, tudo bem. Não era para eu*

passar mesmo. Se tivesse passado, teria que deixar minha cidade. Alguma coisa ruim poderia acontecer comigo em São Paulo. Não era mesmo para ser”.

Ou seja, há, operativas em nossas mentes, como vimos com Shermer e Peirce, tendências que precisam ser, em alguma medida, combatidas, para que possamos evoluir como sujeitos, e não nos cristalizar com o que já temos (em termos de conhecimento prático e/ou científico) ou com quem já somos como humanos. Devemos sempre avaliar criticamente nossas crenças, para que a nossa ação no mundo constitua expressão de uma *racionalidade social forte*, que respeita as diferenças (os diferentes sistemas de crenças) e que esteja atenta ao papel da experiência na correção do pensamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As crenças moldam nossa forma de perceber, pensar e agir no mundo. Algumas modalidades de crenças, sobretudo as fantásticas/sobrenaturais e religiosas, podem, contudo, causar prejuízos à sociedade, evitando a apropriação de um espaço que verdadeiramente respeita diferenças. O conteúdo dessas crenças pode criar comportamentos que impedem avanços cognitivos e de ação do ser humano. Superstições estão, normalmente, atreladas às religiões que, apesar de terem seus benefícios (podem conduzir paz e oferecer códigos de conduta àqueles que acreditam), também causam estragos, quando desaguam em fundamentalismo (ou desrespeito aos diversos sistemas de crenças).

Divergências sempre existirão, uma vez que as crenças estão em contato umas com as outras no compartilhamento do espaço social pelas pessoas. A questão é saber conviver com as crenças (visões de mundo) diversas e/ou contrárias àquilo que acreditamos. A ciência (ou o método científico) afirma sua crença (que constitui conhecimento) com objetivo de, em alguns casos, relativizar outros sistemas de crenças que, sem base empírica, podem impedir boa convivência em comunidade. Desse modo, a ciência busca quebrar barreiras formadas por crenças “irracionais” e difundir ou comunicar conhecimento empírico, provado/verificado, ainda que em permanente reconstrução e desenvolvimento. Como comentamos na introdução deste trabalho de conclusão de curso, nossa principal mensagem pode ser assim resumida: *devemos buscar fundamentos para as nossas crenças, principalmente fundamento empírico, quando isso é possível. Na impossibilidade de fundamentação empírica, como no caso da crença de natureza religiosa, deveríamos como que “relativizar” nossas crenças, entendendo que a forma como enxergamos e agimos no mundo constitui uma forma possível entre múltiplas outras (também igualmente possíveis).*

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R.S.C. Sistêmica, Hábitos e Auto-organização. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas IFCH/CLE-UNICAMP. Campinas: UNICAMP, 2011.

DEBRUN, M. A idéia de auto-organização. In: DEBRUN, M.; GONZALEZ, M. E. Q.; PESSOA JR., O. (orgs.) *Auto-organização: estudos interdisciplinares*. Campinas: Unicamp, 1996, Coleção CLE, v. 18, p. 03-24.

HOOD, B.M. *Supersentido: por que acreditamos no inacreditável*. Editora Novo Conceito. São Paulo, 2012.

IBRI, I. A. *Kósmos noetós: a arquitetura metafísica de Charles S. Peirce*. São Paulo: Perspectiva: Hólón, 1992.

PEIRCE, C.S. *A fixação da crença*. Luso-Sofia Press. 2008.

PESSOA JUNIOR, O. F. Medidas sistêmicas e organização. In: DEBRUN, M.; GONZALEZ, M. E. Q.; PESSOA JR., O. (orgs.) *Auto-organização: estudos interdisciplinares*. Campinas: Unicamp, 1996, Coleção CLE, v. 18, p. 129-161.

PINKER, S. *Os anjos bons da nossa natureza: por que a violência diminuiu*. Companhia das Letras. São Paulo. 2013.

ROSA, A. M. *O conceito de continuidade em Charles S. Peirce*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

SACKS, O. *A mente assombrada*. Companhia das Letras. São Paulo, 2013.

SCHAEFFER, R. Da identidade biológica à identidade pessoal. In: BROENS, M.C; MILIDONI, C.B. (orgs.). *Sujeito e identidade pessoal: estudos de filosofia da mente*. Marília: Unesp-Marília-Publicações, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004, p.57-94.

SILVEIRA, L. F. B. Origem do cosmos e auto-organização na obra de Charles Sanders Peirce. In: D'OTTAVIANO, I. M. L., GONZALEZ, M. E. Q. (orgs.). *Auto-organização: Estudos interdisciplinares*. Campinas: Unicamp, 2000 Coleção CLE, v. 30, p. 325-336.

SHERMER, M. *Cérebro e crença*. JSN Editora. São Paulo, 2012.